



Novo concurso público legitima a precarização do trabalho mantendo as contratações e a falta de professores nas escolas

O governo Tarcísio/Feder anunciou um novo concurso para o magistério paulista, alimentando a ilusão de que irá suprir a falta de professores nas escolas bem como valorizar a carreira do magistério frente as contratações precarizadas. Quando na verdade esse concurso não passa de uma grande armadilha desse governo para justamente dar continuidade à política de contratação precarizada e manutenção da fragmentação dos professores em diversas categorias.

Sabemos que, diante da crise capitalista, os governos nos últimos anos, sob a diretriz dos países imperialistas, vêm intensificando os ataques aos serviços públicos e consequentemente aos servidores públicos com suas contrarreformas, a exemplo da reforma da Previdência, da reforma trabalhista, da reforma do Ensino Médio, e com as terceirizações que aprofundaram as contratações precárias.

Esse novo concurso vem nesse mesmo sentido, imporá à categoria um conjunto de retrocessos e retirada de direitos, conquistados por meio de muitas lutas do magistério. São eles: 1) hoje temos mais de 96 mil professores sob a contratação precária, os chamados categoria O. O número de vagas do concurso são de 15 mil apenas, e regionalizados, o que prova que o governo pretende manter a esmagadora maioria dos professores com essa contratação precária; 2) O novo concurso será dentro da nova carreira lei 1374/22, que substituiu o salário por subsídio, atacando, não só o direito ao reajuste, mas também as aposentadorias, uma vez que os reajustes e evoluções da falsa nova carreira não serão levadas para a aposentadoria, ou seja, além de manter a maioria no contrato precarizado, permitirá que uma pequena parcela se efetive, mas sob a mesma condição precarizada dos contratados; 3) Como a lei coloca formas de evolução através de provinhas controladas pelo governo, que poderá não conceder essas evoluções, pois, dependerá das “condições de caixa” para conceder os penduricalhos, a carreira também é um grande engodo; 4) O concurso será usado como cadastro de reserva, o que obriga os professores já contratados e desempregados a prestá-lo. Aqui está um grande absurdo desse concurso: o governo consolida um ponto da lei 1093, que criou a contratação precária, quando esta diz que o professor estará submetido a provinhas para ser contratado. Como podemos ver, o concurso servirá para impor uma seleção eliminatória aos professores, os que não passarem ou que não prestarem a prova, terão direito à atribuição de aulas? Ao que tudo indica não, a não ser que o governo precise; 5) Esse concurso impõe a gravação de uma “aula” de 5 a 7 minutos, e o absurdo é que esse vídeo valerá 40% da pontuação do concurso. Com certeza, o governo o avaliará de forma subjetiva, para escolher aqueles que se submeterem de antemão as diretrizes curriculares impostas pela BNCC, possivelmente com a ajuda dos

dirigentes, supervisores, entre outros, os que serão “aprovados ou reprovados”.

Para além das evidências da farsa desse concurso, que já foram enumeradas acima, é importante esclarecer que a Corrente Sindical Marxista – Guillermo Lora defende o emprego a todos com estabilidade e por isso não pode por princípio defender o concurso público, que vem sendo utilizado a muito tempo justamente para legitimar o desemprego de uma parcela, responsabilizando os próprios professores por sua condição de desempregado ou de emprego precarizado.

Portanto, o papel do sindicato é defender o emprego a todos, unificando a luta dos trabalhadores pela estabilidade com a efetivação dos contratados e isonomia de direitos e salários – trabalho igual salarial igual. Só assim será possível construir uma luta unificada na rede por melhorias das condições de trabalho e salário, sem divisões entre as diversas categorias criadas pelos governos.

DEFENDEMOS:

A convocação de uma assembleia geral para organizar a luta da categoria pelo rechaço a esse concurso público! Estabilidade a todos por meio da efetivação de todos os contratados - que o sindicato defenda a estabilidade dos professores contratados sem concurso público, eles já provaram sua competência no trabalho diário! Escala móvel das horas de trabalho - divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho!

O anúncio do mísero reajuste, logo depois da audiência

O governador Tarcísio encaminhou à Alesp (21 de junho) um projeto de lei com proposta de reajuste de 6%, após a audiência entre o secretário Feder e a burocracia do sindicato. O Secretário demonstrou na audiência não conhecer o magistério e seus problemas. Em sua fala, colocou-se de forma genérica (pessoal) em relação às APDs, pagamento do ALE, e a questão de as faltas aulas não serem computadas como falta dia. Mas, não teve nenhum comprometimento com as mudanças ou revogações que devem ser feitas. Precisamos entender que o Ministro, que é empresário, tem contrato asegurado com a Secretaria na ordem de R\$ 200 milhões, não está preocupado com as terríveis condições salariais e de trabalho do magistério paulista.

De fato, o reajuste anunciado não repõe as perdas acumuladas nos últimos anos, a inflação anual e o reajuste do piso. Segundo dados do DIEESE, de 2018 até aqui, o nosso salário perdeu mais da metade do seu poder adquisitivo. A safadeza é tamanha, que o salário do governador foi reajustado em 50% no começo do ano, e o dos deputados, em 37%. A alta cúpula fdos burcoratas ao serviço da burguesia ganham muito bem, enquanto os assalariados pagam com seus salários, direitos e empregos pela destruição do ensino público, e com a destruição física e mental destes, para que o estado garanta mediante recortes orçamentários o pagamento dos credores da dívida.

Fora com os conchavos com o governo destruidor da Educação Pública!
Lutar nas ruas pela reposição integral das perdas salariais e aumento acima da inflação oficial!